

Novo Direito Processual

por Salomão Viana

APOIO TÉCNICO

JURISTAS DAS COMARCAS DE JURISLÂNDIA E JURIDICÓPOLIS

Advogados:

Amanda Demanda, Carlos Causídico, Keri Kestão e Lidiane Lide

Membros do Ministério Público:

Dênis Denúncia e Acelino Acepê

Juízes:

Justino Justo e Serafim Sentença

Auxiliares da Justiça:

Tércia Termo, Juvenil Juntada, Cid Citação e Horácio Horacerta

Litisconsórcio

Litisconsórcio

SUMÁRIO

- 1 - Considerações iniciais.*
- 2 - Litisconsórcios ativo, passivo e misto.*
- 3 - Litisconsórcios inicial e ulterior.*
- 4 - Litisconsórcios necessário e facultativo.*
- 5 - Intervenção "iussu iudicis".*
- 6 - Litisconsórcio facultativo impróprio*
- 7 - Litisconsórcio multitudinário.*
- 8 - Litisconsórcio recusável.*
- 9 - Litisconsórcios unitário e simples.*
- 10 - Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada.*
- 11 - Princípio da autonomia dos colitigantes.*
- 12 - Regime jurídico de tratamento dos litisconsortes.*
- 13 - Litisconsórcio alternativo.*
- 14 - Litisconsórcio eventual.*
- 15 - Litisconsórcio sucessivo.*
- 14 - Reflexos da existência de litisconsórcio na contagem dos prazos processuais.*

Litisconsórcio

ATIVO

ATIVO

PASSIVO

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

INICIAL

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**FACULTATIVO OU
VOLUNTÁRIO OU
DISPENSÁVEL**

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO À NATUREZA
DA RELAÇÃO JURÍDICA
EXISTENTE ENTRE OS
COLITIGANTES**

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**FACULTATIVO OU
VOLUNTÁRIO OU
DISPENSÁVEL**

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO À NATUREZA
DA RELAÇÃO JURÍDICA
EXISTENTE ENTRE OS
COLITIGANTES**

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**FACULTATIVO OU
VOLUNTÁRIO OU
DISPENSÁVEL**

UNITÁRIO

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO À NATUREZA
DA RELAÇÃO JURÍDICA
EXISTENTE ENTRE OS
COLITIGANTES**

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**FACULTATIVO OU
VOLUNTÁRIO OU
DISPENSÁVEL**

UNITÁRIO

**COMUM OU
SIMPLES**

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO À NATUREZA
DA RELAÇÃO JURÍDICA
EXISTENTE ENTRE OS
COLITIGANTES**

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**FACULTATIVO OU
VOLUNTÁRIO OU
DISPENSÁVEL**

**QUANTO AOS EFEITOS
DO ATO DECISÓRIO**

UNITÁRIO

**COMUM OU
SIMPLES**

Litisconsórcio é a reunião de duas ou mais pessoas assumindo, simultaneamente, a posição de autor ou de réu.

Litisconsórcio é o laço que prende no processo dois ou mais litigantes, seja como autores, seja como réus.

Litisconsórcio é o laço que prende no processo dois ou mais litigantes.

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO À NATUREZA
DA RELAÇÃO JURÍDICA
EXISTENTE ENTRE OS
COLITIGANTES**

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**FACULTATIVO OU
VOLUNTÁRIO OU
DISPENSÁVEL**

Litisconsórcio ativo necessário: inexistência.

CPC:

Art. 47. *Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.*

Parágrafo único. *O juiz **ordenará ao autor que promova a citação** de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.*

Intervenção "iussu iudicis"

CPC:

Art. 46. *Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:*

- I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;*
- II - os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito;*
- III - entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;*
- IV - ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.*

Parágrafo único. *O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.*

CPC:

Art. 46. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

CPC:

Art. 46. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

II - os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito;

CPC:

Art. 46. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

III - entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;

CPC:

Art. 46. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

IV - ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.

Litisconsórcio facultativo impróprio

CPC:

Art. 46. (...)

Parágrafo único. *O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.*

CPC:

Art. 46. *Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:*

- I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;*
- II - os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito;*
- III - entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;*
- IV - ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.*

Parágrafo único. *O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.*

Litisconsórcio multitudinário

Litisconsórcio "recusável"
(quantitativamente limitável)

**QUANTO AO POLO EM
QUE SE ENCONTRAM OS
COLITIGANTES**

ATIVO

PASSIVO

MISTO

**QUANTO AO
MOMENTO DA
FORMAÇÃO**

INICIAL

ULTERIOR

**QUANTO À NATUREZA
DA RELAÇÃO JURÍDICA
EXISTENTE ENTRE OS
COLITIGANTES**

**NECESSÁRIO OU
INDISPENSÁVEL**

**FACULTATIVO OU
VOLUNTÁRIO OU
DISPENSÁVEL**

**QUANTO AOS EFEITOS
DO ATO DECISÓRIO**

UNITÁRIO

**COMUM OU
SIMPLES**

CPC:

Art. 47. *Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, **o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes**; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.*

Parágrafo único. *O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.*

Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada

"Princípio da autonomia dos colitigantes"

CPC:

Art. 48. Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.

REGIME DE TRATAMENTO DOS LITISCONSORTES

(SISTEMATIZAÇÃO DA AUTORIA DE FREDIE DIDIER JR.)

1ª REGRA: *A conduta determinante de um litisconsorte não pode prejudicar o outro, qualquer que seja o regime do litisconsórcio;*

2ª REGRA:

3ª REGRA:

REGIME DE TRATAMENTO DOS LITISCONSORTES

(SISTEMATIZAÇÃO DA AUTORIA DE FREDIE DIDIER JR.)

1ª REGRA: *A conduta determinante de um litisconsorte não pode prejudicar o outro, qualquer que seja o regime do litisconsórcio;*

2ª REGRA: *No litisconsórcio simples, a conduta alternativa de um dos litigantes não aproveita os demais; e*

3ª REGRA:

REGIME DE TRATAMENTO DOS LITISCONSORTES

(SISTEMATIZAÇÃO DA AUTORIA DE FREDIE DIDIER JR.)

1ª REGRA: *A conduta determinante de um litisconsorte não pode prejudicar o outro, qualquer que seja o regime do litisconsórcio;*

2ª REGRA: *No litisconsórcio simples, a conduta alternativa de um dos litigantes não aproveita os demais; e*

3ª REGRA: *No litisconsorte unitário, a conduta alternativa de um dos litisconsortes estende os seus efeitos aos demais.*

Litisconsórcio alternativo

Litisconsórcio eventual

Litisconsórcio sucessivo

INTERFERÊNCIA DO LITISCONSÓRCIO NA CONTAGEM DE PRAZOS

CPC, art. 46, parágrafo único. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de **limitação interrompe o prazo para resposta**, que recomeça da intimação da decisão.

CPC, art. 191. Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

STF, enunciado n. 641 - Não se conta em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes haja sucumbido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Adonias, Antônio; Klippel, Rodrigo. *Manual de Direito Processual Civil*, 3ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Braga, Paula Sarno. *Processo Civil – Teoria Geral do Processo Civil*, 2ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Câmara, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*, volume I, 25ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.

